TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 9 – Abril de 2002

NO AR

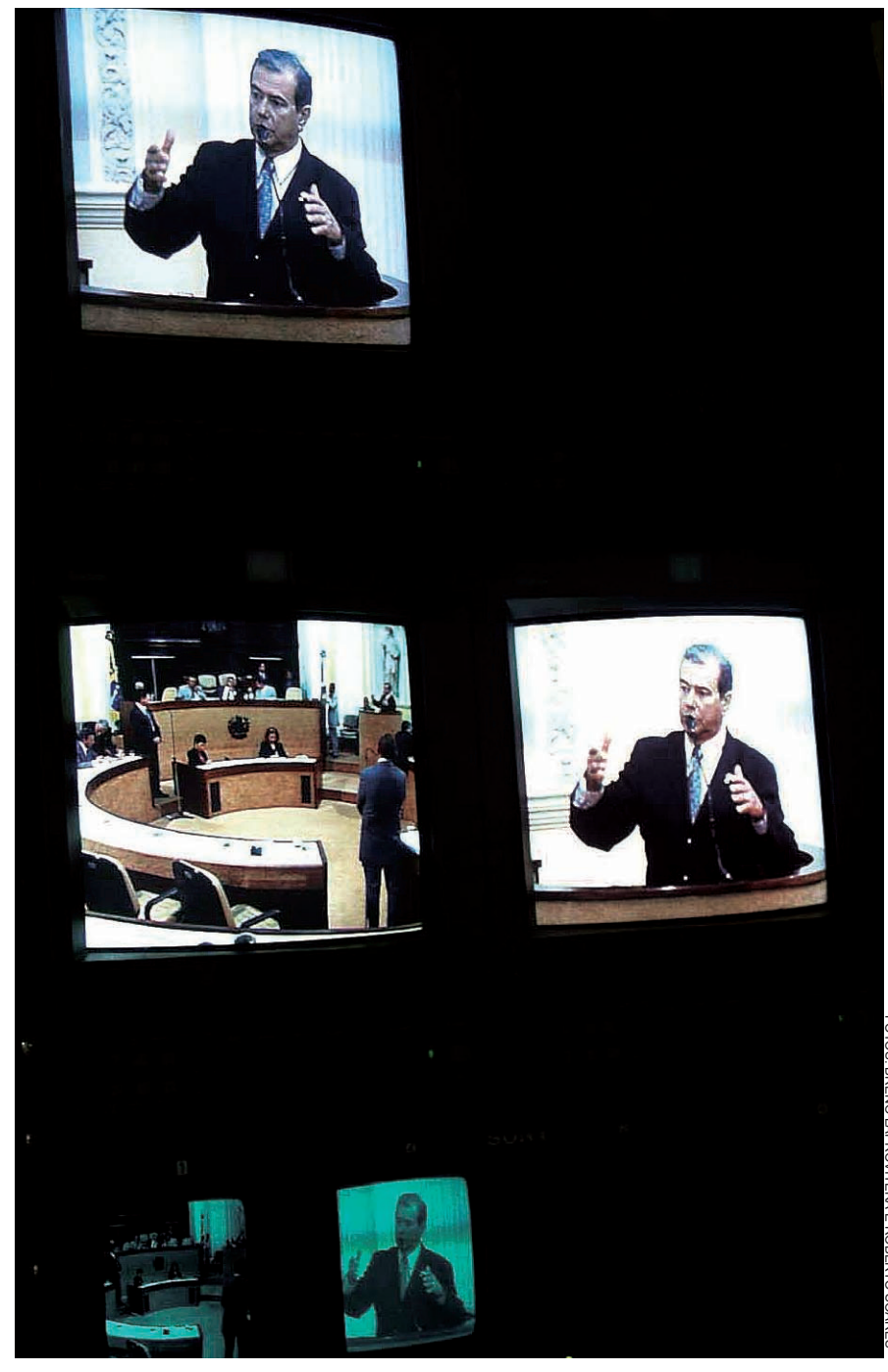
TV Assembléia

Casa inaugura nova etapa de comunicação com a sociedade

Págs 2, 4 e 5







FOTOS: BRENO LAPROVITERA E ROBERTO SOARES

EDITORIAL

Trilha de esperança

Diante de mudanças rápidas, profundas, as instituições democráticas, as organizações da sociedade devem persistir na busca de avanços, de modernização dos métodos de gestão política e administrativa. É uma exigência dos novos tempos, de uma nova realidade, na qual os órgãos do Estado, do setor privado, têm de ampliar as conquistas da era da informação e gerar mecanismos para vencer os desafios do desenvolvimento, do progresso econômico e social.

A expectativa agora, neste milênio, é gerar meios para assegurar o domínio do conhecimento, da tecnologia e da ciência, dentro de uma filosofia que seja mais humanista, solidária. Equivale reconhecer que a evolução das técnicas, do saber, terá de seguir uma trilha preocupada com o equilíbrio social, ou seja, com a incorporação de amplos segmentos da população aos benefícios do progresso.

Evidente que a modernização dos segmentos econômicos e sociais, das comunicações, visam contribuir para expandir o conhecimento, o domínio da informação, das técnicas e das ciências. É parte integrante de anseios e esperanças das forças sociais e não apenas de setores que no Estado, ou na área privada, detém o controle de parcelas do poder político ou econômico.

Com essa visão, o Poder Legislativo vem agindo para avançar na difusão e domínio do conhecimento, com ações que visam inserir a maioria na construção e nos frutos do desenvolvimento. A preocupação visa atingir pessoas, grupos, instituições, bem como gerar espaço para o debate, a conscientização, envolvendo todas as correntes de pensamento. Um passo adiante, portanto, na era da informação, que avança com o conhecimento, o domínio de técnicas, de saber, de preparo e qualificação.

É claro que a instituição política, o parlamento, cumpre assim sua missão de influir nos destinos do Estado, do seu progresso e da melhoria das condições de vida da maioria. Nessa trilha, a Assembléia Legislativa vem cuidando de consolidar a informatização do poder, de ampliar a relação com a sociedade, através dos recursos da internet, do sistema de rádio e da criação de um canal de televisão. Não se trata de instrumentos de propaganda, de mera criação de uma imagem positiva do Poder, mas de armas que servem para a sociedade participar mais ativamente do processo político.

A evolução das técnicas, dos recursos que ajudam a interação com a sociedade, sem dúvida favorecem o debate, o conhecimento, a difusão de idéias, os questionamentos. Através desses instrumentos, do aperfeiçoamento das técnicas, o Legislativo avançará mais na difusão dos problemas políticos, econômicos e sociais. É uma trilha de esperança, portanto, para integrar a sociedade no esforço para promover o desenvolvimento, assegurar os direitos fundamentais e concretizar os sonhos de integração econômica e social.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** José Tomaz Filho; **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Antônio Azevedo, Christianne Alcântara, Marconi Glauco, Marcos Menezes, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Juliana Farias e Pedro Saldanha. **Revisão:** Christianne Alcântara. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Moisés Barbosa e Roberto Soares.

Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

ARTIGO

Mulher parlamentar

Teresa Duere *

Escrever sobre a mulher parlamentar nos faz retroagir aos idos de 1930, quando mesmo com a edição do Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que criava a Justiça Eleitoral e ampliava o corpo político da Nação, incluindo no contingente dos eleitores as mulheres, que embora dispensadas da obrigação do voto (exceto as que exerciam função pública remunerada), registra a Constituição Federal de 1934 em seu artigo 109, ainda não participavam da vida parlamentar.

Embora registre-se que no Nordeste, em 1928, numa atitude pioneira Alzira Soriano elegeu-se prefeita do município de Lajes, no Rio Grande do Norte, apesar da proibição existente de que mulheres se envolvessem com política, tendo sua vitória sido assegurada por força de um recurso eleitoral, tornando-se assim, a primeira mulher a obter um mandato público no Brasil.

IVAN FEITOSA/ ARQUIVO ALEPE



Duere é a primeira mulher líder do Governo

É a partir de 1934 que a participação feminina na política se acentua, com a eleição da primeira deputada federal, dra. Carlota Pereira de Queiroz, pelo Estado de São Paulo. Com um inesquecível discurso, a voz feminina se fez ouvir pela primeira vez no Congresso Nacional. Mais uma vez, o Nordeste aparece, elegendo prefeita de Santana do Cariri, no Ceará, Generosa Amélia da Cruz em 1936. De lá para cá, o crescimento da presença da mulher no parlamento foi lenta, e hoje a expressividade da mulher na vida pública não é suficiente (apenas 25% de lugares elegíveis). E hoje, por que não a paridade? Sendo como somos, nós mulheres mais da metade da humanidade? Invadimos o mercado de trabalho em todas as áreas de forma frenética, mas na área política não avançamos do mesmo modo!

Na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, na atual legislatura, somos apenas duas. E mais: em 102 anos, apenas nove mulheres passaram pela Casa de Joaquim Nabuco: Adalgisa Cavalcanti foi a precursora, Constituinte em 1947; 1947-1951 (cassada um ano depois); - Maria Elisa Viegas: 1955-1959; - Aracy de Souza: 1967-1970; 1971-1974; - Leila Abreu: 1983-1986; - Lúcia Heráclio: 1987-1990; - Teresa Duere: 1991-1994 (assumiu em 1993); 1995-1998; 1999-2002; - Rosa Barros: 1995-1998; - Luciana Santos: 1995-1998 (assumiu em 1997); 1999-2002; - Malba Lucena: 1999-2002 (Trecho da publicação Presença Feminina de Autoria de Luzilá Gonçalves Ferreira).

Em todo país, o percentual de mulheres que concorrem a cargo eletivo é insignificante. É necessário, que a própria mulher, tome tento da sua importância social, e se posicione para ocupar cargos políticos. Seu senso nato de desbravadora confere o pressuposto para tal. É, também evidente a sua inerente intuição. Precisa absorver a idéia de ocupação de seu espaço político. É hora de repensar a posição, sarar as feridas da desigualdade, acabar com esse déficit, não ficando apenas na execução de tarefas no seio da família, ou na atividade mediana de empregos públicos ou privados.

Com uma sociedade mais justa, em que homens e mulheres partilhem a esfera pública e privada, beneficiando a ambos, poderão às mulheres assumirem à expressão na vida pública e ocuparem seu lugar no panorama político brasileiro.

** Líder do Governo*

Comissões

Cidadania aproxima Legislativo dos anseios e problemas que atingem a sociedade

Segurança, violência, lixo hospitalar, situação dos idosos e deficientes físicos em Pernambuco são alguns dos temas que vêm sendo discutidos na Comissão de Defesa da Cidadania da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Ao todo, já foram promovidas 32 audiências públicas, desde março do ano passado, além de palestras e elaboração de planos de ação em diversas áreas.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado João Braga (PV), há uma disposição de trabalhar em várias frentes. "O conceito de cidadania é bastante amplo e isso possibilita um maior dinamismo por parte do colegiado", explicou. Para o parlamentar, o discurso isolado não gera um "produto", já a atuação das comissões aproxima a sociedade quanto a assuntos que a tocam de perto.

Debater e acompanhar os casos encaminhados na comissão, pressionar as autoridades competentes e dar uma satisfação à população sobre os problemas abordados durante as reuniões são algumas das atividades que vêm sendo desempenhadas pelo colegiado, segundo o deputado João Braga. Ele explicou também que a Comissão investiga algumas denúncias feitas pela população e procura dar respostas à sociedade.

Resultados — A Comissão de Cidadania se baseia em duas linhas de ação: primeiro, a conscientização quanto a determinadas questões; depois, as ações concretas. Um exemplo dessa atuação é a Delegacia Especial do Idoso, que será instalada em 60 dias pela Polícia Civil. A iniciativa é resultado das audiências públicas realizadas para debater a situação do idoso em Pernambuco.

Comissão publicará cartilhas sobre as questões do idoso e deficiente físico

Ainda como resultado dessas reuniões, foi criado o Disque Idoso. Pelo telefone 0800 281 22 80, qualquer pessoa pode fazer denúncias sobre atos praticados contra idosos. A Comissão decidiu também elaborar uma cartilha para esse segmento, com informações sobre saúde, direitos e legislação.

ROBERTO SOARES



Debates contam com a participação de especialistas nos temas

MOISÉS BARBOSA



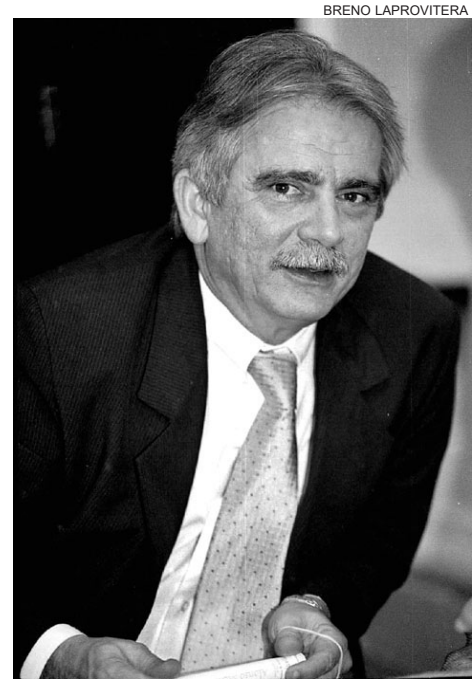
Resultado prático das audiências é a criação da Delegacia Especial do Idoso

O deficiente foi outro alvo da atenção da Cidadania. Depois de debates realizados na Assembléia Legislativa, o Governo do Estado foi sensibilizado e editou a lei que garante uma carteira de deficiente. Apresentando o documento, ele tem acesso gratuito a locais, transporte público etc. Segundo a comissão, assim como no caso do idoso, será publicada uma cartilha para o deficiente.

Transformação — "O trabalho conjunto é importante para a instituição e a sociedade", defendeu João Braga. Ele ressaltou que todos os temas têm seus desdobramentos. "Nós não ficamos apenas no debate", insistiu. Para o presidente da Comissão de Cidadania, o objetivo do colegiado é sintonizar a Assembléia Legislativa com as questões que mais incomodam e afligem a sociedade. "Com essa perspectiva, o parlamentar dá a sua contribuição e se torna em agente de transformação", afirmou.

Ele citou ainda o Plano de Ação do Legislativo de Combate à Violência em Pernambuco como forma de participação efetiva da Assembléia, por meio da Comissão de Cidadania. Segundo o presidente João Braga, o plano foi apresentado ao Governo do Estado. A criação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos foi outra iniciativa proposta pelo colegiado.

BRENO LAPROVITERA



Braga: sintonia é o mais importante

A Comissão de Cidadania já está com a sua pauta lotada para o início de abril, segundo informou a assessora Carolina Marinho. Ela ressaltou que será dada continuidade a alguns temas debatidos no ano passado; já outros assuntos surgiram devido a denúncias realizadas pela sociedade diretamente à Cidadania. Confira aqui a programação:

Data	Debate	Local
02.04	Qualidade da água consumida pela população local	Ipojuca
03.04	*Lixo hospitalar (continuação do debate)*	*Auditório da Alepe*
04.04	Programa habitacional: critérios, legalização, liquidação de contratos e escritura	Auditório da Alepe
09.04	*Grupos de extermínio na Polícia Militar*	*Auditório da Alepe*
10.04	Impactos causados pela Fábrica Chemone	Auditório da Alepe

ENTREVISTA — JOÃO NEGROMONTE

"TV da Assembléia não ser

O primeiro secretário João Negromonte (PMDB) anuncia o início das operações da TV Assembléia no próximo dia 9. Na entrevista abaixo, ele fala também que a Casa e os deputados só têm a ganhar com o processo de mudanças que a Mesa Diretora vem implantando, especialmente na área de comunicação. A seguir, a entrevista:



Tribuna Parlamentar — Quais os objetivos da Alepe com o incremento da comunicação?

João Negromonte — Quando nós assumimos a Mesa Diretora, tivemos logo por objetivo modernizar e ao mesmo tempo tornar mais transparente a Assembléia Legislativa. Então, tomamos algumas medidas. Uma delas foi a rádio virtual, que já está funcionando em sua plenitude. Nós sempre estamos encontrando com pessoas que dizem que têm acesso aos discursos através da própria rádio, pela internet. Posteriormente, nós criamos o sistema televisivo interno e as transmissões via internet das atividades da Assembléia. Achamos pouco e estamos agora trazendo a TV Assembléia.

TP — E como foi essa decisão?

JN — Nós tentamos juntar a opção que fosse tecnicamente boa e, ao mesmo tempo, econômica. Verificamos que as outras Assembléias que têm TV montaram um sistema próprio de televisão, o que é uma coisa muito onerosa. Primeiro porque teríamos que comprar equipamentos que são caríssimos, e depois teríamos que contratar pessoal especializado nesse setor. Aprofundamos isso e firmamos um convênio com a TV Universitária, que atende às nossas necessidades atuais.

TP — Por que a TVU?

JN — Ela é uma espécie de prestadora de serviços, que vai cuidar de tudo e nós vamos pagar mensalmente R$ 61 mil. Nós já tínhamos um canal a cabo, que vai ser usado depois. O fato de ser uma televisão de Pernambuco, que lida com educação, também foi levado em conta.

TP — Como é que está sendo a receptividade da TV entre os deputados?

JN — Muito boa! Primeiro porque faz com que os deputados tenham um certo cuidado com os próprios pronunciamentos. Depois, mostra que nós estamos sendo mais observados pela sociedade. Os eleitores agora vão ver com maior facilidade o que é que acontece aqui, no Plenário e nas Comissões.

TP — Não há o risco da TV ser usada com fins eleitoreiros?

JN — Isso não vai acontecer. É uma preocupação da Mesa, que já discutimos bastante e ficou muito claro que a TV não vai servir, sob hipótese alguma, para uso eleitoral.

TP — Principalmente num ano como este...

JN — Este é um ano perigoso. Nós vamos ter todo cuidado para que isso não aconteça. Não vamos ter censura, obviamente, mas não vamos permitir que a televisão seja usada nesse sentido, por quem quer que seja - partido político, membro da Mesa, líder de bancada.



"Os eleitores agora vão ver com mais facilidade tudo o que acontece no Plenário e também nas Comissões"

TP — A Alepe está para receber o ISO 9002. Qual a importância disso para o Legislativo Estadual?

JN — É uma forma de modernizar o trabalho administrativo. Achamos que esse era o setor mais sensível para começar, já que os processos andavam muito lentamente. Depois vamos escolher outro setor para dar continuidade.

TP — Que outras medidas o sr. destacaria como fruto do trabalho da Mesa Diretora?

JN — A importância da informática hoje é muito grande, e a Mesa tem procurado melhorar nessa área. Nosso Departamento de Informática é muito bom, um dos mais modernos do Brasil. E nós estamos melhorando-o ainda mais. A Escola do Legislativo, que já existia e está funcionando em plenitude, também deve ser destacada. Para você ter uma idéia, só no ano passado, ela promoveu cerca de 640 cursos para os funcionários.

TP — A decisão por uma linha de transparência se deve à demanda da sociedade?

JN — É. A sociedade está exigindo isso, até mesmo porque as próprias críticas que nos alvejam são uma coisa muito ruim. Nós passamos o ano de 2000 sendo vítimas de críticas permanentes. E a imagem do parlamentar e da própria Assembléia, como é que ficam? Então, nós vimos que a melhor forma de sair disso é não cometer determinados erros e depois mostrar o que nós estamos fazendo. Se existe alguma coisa que pode ser objeto de crítica, então vamos discutir, mostrar de que forma está sendo processado e, se for necessário, mudar o comportamento, para não sermos permanentemente vítimas de determinadas críticas, umas justas, outras não. Hoje, estamos tendo a sorte de não termos críticas em setor nenhum de atividade da Assembléia.

TP — Qual a estimativa de custo do projeto global de modernização da Casa?

JN — É difícil dizer assim, porque são setores variados. Nós teríamos que fazer um levantamento, mas não foi nada que abalasse as finanças da Assembléia. Para os objetivos que estamos alcançando, posso dizer que foi barato.

TP — O sr. acha que os parlamentares estão preparados para essas mudanças?

JN — Isto é um processo. Os deputados agora têm que se autocensurar. Quem falar bobagem vai ser criticado, talvez perca até voto. Isto é bom, porque as discussões vão ser melhores, tornando a AL um lugar de grandes debates que interessam à sociedade. Eu acho, por exemplo, que os deputados vão pensar agora duas vezes antes de apresentar um requerimento, por exemplo, de calçamento de rua, aplaudindo tal empresa...

TP — Então ele vai ser obrigado a melhorar a qualidade dos seus projetos?

JN — É isso. É uma obrigação indireta, no sentido de que você está obrigando as pessoas a terem comportamentos diferentes. Depois, vamos mostrar que temos deputados competentes, pessoas coerentes, preparadas, que vêem as coisas com seriedade.

TP — Deputado, o sr. acha que todas essas ações têm a preocupação com o fortalecimento institucional do Legislativo?

á usada para fins eleitorais”

FOTOS: BRENO LAPROVITERA



JN — Fortalecimento e respeito também. Não temos nenhuma ligação com o Poder Executivo e o Judiciário em relação a essa televisão. Ela é absolutamente independente.

TP — As Comissões talvez sejam o lugar mais importante da Casa, onde ocorrem as grandes discussões e as audiências públicas. E muita gente não sabe disso, só se vê o Plenário.Com a TV, isto pode mudar?

JN — Claro, até porque você vai ver que o processo legislativo não se resume às discussões em Plenário. Os projetos sofrem uma série de discussões preliminares.

TP — Há uma crítica de que o alcance da TV é pequeno. O que o sr. acha disso?

JN — É o máximo que podíamos fazer. Se houver oportunidade de fazer mais, nós vamos fazer.

TP — No início de 2003, teremos eleição para uma nova Mesa Diretora. O sr. não teme que essas ações não tenham continuidade?

JN — Nós temos tido um cuidado muito grande em fazer as coisas para ficar. O Regimento Interno, por exemplo, vamos aprimorá-lo, fazendo-o ficar mais claro. Tem também o Código de Ética, que estamos preparando, para estabelecer determinadas regras sobre o comportamento do deputado.

TP — O sr. apontaria alguma mudança na Casa como resultado prático das ações implementadas até agora?

JN — As coisas começam a funcionar de forma mais técnica, com maior rapidez e eficiência. Hoje, um determinado documento, que antes passava por três setores, vai diretamente apenas para um ou dois. Isso é um avanço, tanto no setor administrativo como na tramitação do processo legislativo.

TP — Voltando à questão do Código de Ética, há uma certa resistência ao documento, já que foi adiado várias vezes?

JN — É preciso primeiro esgotar a discussão internamente. Isso tem um tempo. Depois levaremos a Plenário.

TP — O senhor não acha que o corporativismo está atrapalhando?

JN — É uma coisa complicada. Tem alguma coisa que está amarrando isso. Mas, de qualquer maneira, ele terá que ser votado.

TP — Quando a gente fala em transparência, o Código de Ética entra diretamente nisso...

JN — Repare uma coisa: o fim da imunidade parlamentar chegou e todos engoliram porque aconteceu na marra, não é? O momento político de moralidade no País forçou isso e não houve nenhuma reação, mas algumas pessoas passaram a ficar com medo. Aquela idéia de que deputado é intocável, de que não pode sofrer nenhuma sanção, sob pena de perder o poder - essas coisas que existem como argumento para preservar o deputado de qualquer coisa. Então, talvez isso esteja até pesando.O raciocínio: ora, eu já perdi a imunidade, o que eu vou



“Temos o cuidado de fazer algo para ficar, independente de quem esteja na Mesa Diretora”

perder agora com o Código de Ética? Em que eu posso cair nessa coisa do Código de Ética, se eu falhar?

TP — Não seria o caso da Assembléia discutir isso mais amplamente e trabalhar com os deputados, para ver o que eles podem ganhar com esse Código de Ética? Porque a melhoria, na verdade, da imagem vai para a instituição, não é para o deputado A, B ou C.

JN — O que acontece é que a política é muito pragmática, então o deputado quer saber o que custa e o que ele vai ganhar com o exercício do seu mandato, para poder renovar e somar. Isso é um empecilho, muitas vezes, não em tudo, mas em alguns setores políticos.

TP — Aproveitando a questão da pressão, o sr. considera que a sociedade brasileira tem estado cada vez mais consciente do seu papel de cidadania e tem cobrado algumas atuações mais diretas e objetivas?

JN — Tem, mas eu acho que ainda é um pouco turvo. Não se deve cobrar apenas do Legislativo. O Judiciário e o Ministério Público têm determinadas falhas e problemas, que nós também os temos, agora o Legislativo é mais alvejado porque estamos mais na vitrine.

TP — O Legislativo é mais vulnerável?

JN — É muito mais vulnerável. E a imprensa investigativa vai mais em cima do político do que de qualquer um outro setor em atividade.

TP — Deputado, e a questão do restaurante da Assembléia?

JN — Estamos analisando essa questão. O que eu quero é que o Senac administre. Estamos fazendo também uma Casa da Cidadania, local que terá uma série de computadores mostrando o trabalho da Assembléia. E tem a questão do resgate da memória da Casa que é espetacular. Vamos ter um lugar só para isso, para as pessoas saberem da história do Legislativo. Eu, por exemplo, que tive acesso a algum material, fiquei impressionado. Você sabia que, antigamente, quem cobrava impostos e autorizava casamentos era a Assembléia?

TP — Os lançamentos do “Perfil Parlamentar Século XX”, “Presença Feminina” e “Ícones Pernambucanos” se encaixam dentro desse resgate?

JN — Exato. E, diga-se de passagem, repercutiram muito bem. Isso é uma coisa boa. Esse negócio de você construir uma nova sede, com dezoito andares, para que cada deputado tivesse seu gabinete mais confortável, não existe. E nós acabamos com isso, o momento não comporta isso. A Assembléia está investindo de outra forma.

TP — Como assim?

JN — Não queremos, como diz Romário Dias, “obras de pedra e cal”. Elas são importantes e vamos fazer algumas. Entretanto, o mais importante é a credibilidade que as ações darão ao Legislativo. Quando, por exemplo, tivemos a idéia de fazer esse perfis, escolhemos jornalistas e historiadores de Pernambuco, o que valorizou muito mais o trabalho.

TP — Apesar de todas essas ações, o sr. ainda identifica problemas na Assembléia?

JN — É preciso ter um certo cuidado para que a estrutura da Casa não fique sendo destruída. Nós estamos com um projeto para pintar todos os prédios da Assembléia com uma mesma cor, para identificá-los como o conjunto arquitetônico da Alepe. Vamos substituir a calçada, colocando um gradil, inclusive, para proteger o prédio. Estamos tentando também fazer um circuito interno de segurança. Ver as pessoas que entram e saem.

TP — Esse é um problema?

JN — É. Nós substituímos todos os computadores dos gabinetes por outros mais modernos, também estamos colocando fax e televisão em todos os gabinetes, nos corredores, na ante-sala da Assembléia, para que as pessoas possam assistir ao que acontece na Casa.

TP — Como tem sido a relação da Mesa Diretora com os funcionários?

JN — Boa. Por exemplo, quando houve mudança do horário de trabalho, nós consultamos os funcionários. Hoje, eles têm uma visão da Mesa muito boa.

TP — E como o senhor avalia a resposta dos funcionários ao Programa de Qualidade que tem sido implantado pela Casa?

JN — Muito boa. A partir do momento em que a gente está elevando a imagem da Casa, o funcionário se sente também favorecido com isso, valorizado, quando ele tem oportunidades de fazer cursos e treinamentos.

TP — O sr. acha que a Assembléia tem legislado de acordo com a demanda da população?

JN — As pessoas não percebem que o papel do deputado anda um tanto quanto limitado. Você não pode instituir projetos de lei que criem despesas. Eles são privativos do Estado e isso limita muito o papel do parlamentar. Você, às vezes, tem projetos de lei espetaculares, mas que na realidade são absolutamente inviáveis, porque são inconstitucionais.

TP — De zero a dez, qual a nota que o sr. daria hoje à Assembléia Legislativa?

JN — Eu daria oito, porque tem determinadas coisas que nós não podemos avançar - queremos, mas ainda não conseguimos avançar. Isso porque a estrutura ainda é arcaica.

INFORMÁTICA

Alepe tem certificado de excelência

Utilizar as novas tecnologias de informação como meio para assegurar mais agilidade e transparência nas atividades da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Esta tem sido uma das principais metas da Mesa Diretora, executada por meio do Departamento de Informática, com a colaboração dos 49 gabinetes parlamentares e os outros cinco departamentos. O objetivo permanente é tornar a Casa de Joaquim Nabuco ainda mais acessível e atuante na defesa dos interesses de Pernambuco.

Nesse sentido, estão sendo aplicadas soluções práticas para aproximar o povo do Legislativo e tornar mais velozes e eficientes as atividades prestadas pelos parlamentares e servidores. Como ocorre com a transmissão pioneira entre os legislativos do Brasil pela internet, batizada de Plenário Virtual e também chamada de Videoaudiência. Qualquer cidadão pode acompanhar ao vivo, pela internet (www.alepe.pe.gov.br), as imagens e o som das sessões plenárias e das reuniões das comissões permanentes.

Desde 1998 foi reduzido o tempo na tramitação de projetos e papéis

O novo serviço on-line começou a funcionar no final de fevereiro e é uma expansão da Rádio Virtual, que foi implantada em dezembro de 2000, com o áudio das reuniões em tempo real. Nas dependências da Alepe ,estão sendo instalados monitores de TV para que os visitantes também possam conhecer o trabalho dos parlamentares.

O Plenário Virtual vem se somar à TV Assembléia como alternativa para as localidades, onde existe provedor de internet e não é possível a recepção da TV Cabo Mais ou o sinal aberto da TV Universitária, duas parceiras do projeto televisivo da Assembléia. E, com a inauguração da TV neste mês, o sinal do Plenário Virtual terá ganho de qualidade pois passará a transmitir imagens e som pelo sistema Betacam.

"Usamos um controlador Condec que permite a integração imediata com outros sistemas, diferente das outras Assembléias Legislativas que, mesmo já tendo canal a cabo de TV, não fazem a transmissão ao vivo pela internet", destaca o diretor de Informática da Alepe, Cláudio Godoy, acrescentando que a Casa dispõe de um kit itinerante para as transmissões virtuais de sessões, encontros ou visitas de parlamentares no interior.

CARLOS OLIVEIRA



O Departamento de Informática é um dos mais modernos do País

Desde o dia 1º de setembro de 2000, a Assembléia recebeu o Certificado de Excelência em Informática, dado pela Interlegis (rede de comunicação e informação para os parlamentares brasileiros, nas esferas federal, estadual e municipal), em função da qualidade da sua rede corporativa e dos resultados obtidos com o Sistema Notes, que tem aplicativos funcionais e práticos que desburocratizam os trabalhos legislativos.

Desde a sua efetiva implantação em agosto de 1998, os Sistemas de Trâmites Legislativo, Administrativo e do Orçamento viraram referência para outros legislativos de várias regiões do Brasil. O software, que interliga todos os setores da Casa, contribuiu para reduzir o tempo gasto na tramitação de documentos e projetos e na circulação de papel.

Rede de computadores cresceu mais de 200%

Resultado da aplicação das novas tecnologias de informação credenciaram a Assembléia Legislativa a se tornar referência em informática e a ter uma colocação privilegiada entre os demais Legislativos estaduais, em matéria de utilização de software (programa de computador) adequado para as necessidades do trabalho.

"No campo qualitativo, estamos em primeiro lugar devido ao sucesso do sistema Notes. Em relação ao aspecto quantitativo figuramos entre as cinco melhores Casas Legislativas, junto às Assembléias de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul", analisa o diretor da Informática da Alepe, Cláudio Godoy.

CARLOS OLIVEIRA



Terminais de computação aumentaram de 82 para 299 equipamentos

A determinação de informatizar o Legislativo surgiu desde dezembro de 1996 e, nesses quase seis anos, a rede interna de computadores cresceu mais de 200%, passando de 82 terminais para 299 e aumentando a velocidade de transmissão da internet de 64 Kb para 2 Mb. A necessidade de constante atualização leva o Departamento de Informática a investir na compra de switches de 100 Mbites por segundo para melhorar o desempenho rede de computadores.

"Teremos uma sensível melhora da performance da rede diminuindo as chamadas taxas de colisões, que é quando dois usuários tentam realizar o mesmo serviço e nem sempre conseguem", destaca o coordenador de Suporte Técnico da Alepe, Braulio Lira. Até meados deste mês, quando o processo de licitação dos switches será concluído, os servidores trabalham com Hubs de 10Mb.

NOVIDADES — Também estão programadas mais novidades. Como a alteração do visual da página da Assembléia na internet, que se tornou um instrumento de integração com a sociedade e de intercâmbio direto com o cidadão. Outro serviço é a criação na homepage de um banco de fotografias da Alepe (atualizadas diariamente), com qualidade de visualização para ser usado pelos jornais.

A Alepe vai também digitalizar todas as leis estaduais, que poderão ser consultadas pela internet. A Divisão de Taquigrafia é outro setor que será agilizado com intervenções da informática. A Casa pretende instalar um software que vai identificar a voz da taquígrafa e já transcrever o discurso diretamente.

PROGRAMA DE QUALIDADE

A Casa está a um passo do ISO9002

A Assembléia Legislativa está cada vez mais perto de ser certificada com o ISO 9002. No resultado da pré-auditoria foi constatado a implementação de 95% do Sistema de Qualidade. O trabalho foi realizado pela empresa certificadora - ABS Quality Evolution, entre os dias 4 e 6 de março.

"A análise foi satisfatória, agora temos até o dia 22 de abril para efetuar os ajustes técnicos necessários para estarmos habilitados a receber a auditoria", afirmou a coordenadora do Programa de Gestão para Qualidade Total - PGQT, Fátima Resende.

É no período de 22 a 26 de abril que será realizada a auditoria final para certificação. "Iremos passar pelo vestibular da auditoria, depois dele, se formos aprovados, a AssembléIA será certificada com o ISO 9002. Ressaltamos que a AL será pioneira no Brasil a conquistar a certidão na modalidade dos serviços", afirmou a representante da administração do PGQT, Sandra Resende.

E para corrigir e avaliar as não-conformidades ou possíveis desvios constatados, o PGQT está realizando reuniões semanais com todos os servidores que trabalham nas áreas que estão sendo auditadas pela ABS.

Segundo Fátima Resende, "o objetivo é promover treinamentos para que alcancemos as adequações necessárias e, principalmente, para engajar os servidores no processo, a fim de atendermos as normas determinadas". Completou ainda: "A novidade é que estamos realizando essas reuniões em ambientes fora da Assembléia e observamos que os funcionários estão ainda mais estimulados e participativos".

No dia 14 de março, o Recife Praia Hotel foi palco do primeiro seminário, onde foram discutidos o entendimento da política, metas e indicadores da qualidade, além de uma sistemática da padronização da documentação da qualidade. Os participantes fizeram, ainda, uma análise crítica do sistema, com a participação da Diretoria de Patrimônio, do Departamento de Assistência Administrativa, a Diretoria Geral e seus servidores diretos.

IVAN FEITOSA/ ARQUIVO ALEPE



Dentro do PGQT, a Alepe está promovendo treinamentos entre os funcionários

Os assuntos foram a aquisição de materiais e contratação de serviços, o processo de recebimento, manuseio, armazenagem, controle de estoque e entrega de materiais pelo almoxarifado, dentre outros aspectos administrativos.

ADAPTAÇÕES — No Departamento de Assistência Administrativa foram detectadas poucas não-conformidades e, segundo o diretor Luiz Antônio Guimarães, "nada que venha a comprometer a certificação". Ele ainda justificou: "Estamos otimistas porque já realizávamos um trabalho muito parecido aqui, só tivemos que nos adaptar a algumas coisas extremamente técnicas".

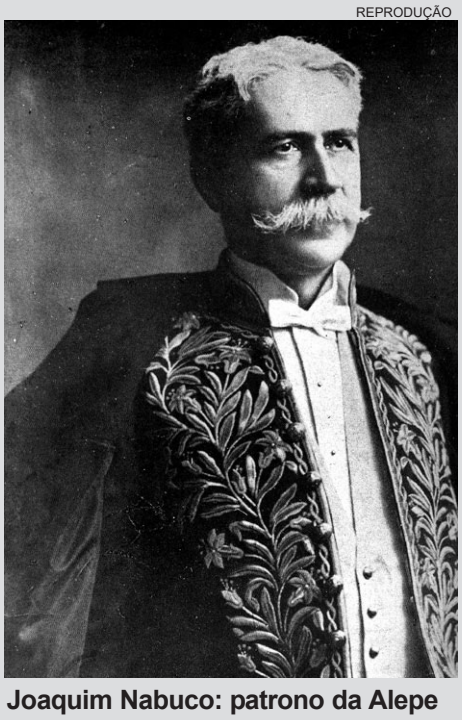
"Hoje, o trabalho que realizamos no almoxarifado e no setor de compras está monitorado e padronizado". O comentário é do diretor do Departamento de Patrimônio, Genaro Domingues, sobre as principais adaptações que o setor passou.

Já o Diretor Geral, Luís Carlos Matos, classificou a o trabalho realizado pela ABS como uma "operação pente fino". Completando: "A pré-auditoria serviu para que algumas correções fossem realizadas no modelo de trabalho que já utilizamos, mas nada que mudasse o desempenho, o ritmo ou o desenvolvimento das tarefas".

Salvas de 21 tiros marcam 167 anos do Legislativo

A Assembléia Legislativa comemorou o seu aniversário de 167 anos à moda antiga. A data foi celebrada com embandeiramento e salvas de vinte um tiros. O procedimento obedece a uma lei sancionada em artigo único pelo vice-presidente da Província de Pernambuco, Vicente Thomaz Pires de Figueireido Camargo, em 29 de maio de 1835, 14º da Independência e do Império.

REPRODUÇÃO



Joaquim Nabuco: patrono da Alepe

"Mando portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que o cumpram, e o façam cumprir tão inteiramente como nele se contém", ordenou Thomaz Vicente àquela época, referindo-se ao então primeiro aniversário da Assembléia Legislativa Provincial.

O presidente da Assembléia, deputado Romário Dias (PFL), garantiu, no entanto, que as comemorações não acabam por aí. "Todo o mês de abril será dedicado a celebração desses 167 anos", afirmou. Segundo Dias, o ápice das comemorações será a estréia da TV Assembléia.

Ele ainda ressaltou o papel do Legislativo ao longo de sua história. "A Assembléia chega aos 167 anos bastante amadurecida, ciente de que tem conscientizado a sociedade de que é o Poder aberto ao povo na conquista pelo espaço democrático", afirmou.

Sala do Cidadão será mais um espaço aberto à comunidade

Com o objetivo de aumentar a integração da comunidade com os legisladores, a Assembléia Legislativa está criando mais um espaço aberto ao público. Num prédio vizinho ao Anexo III, que passará a integrar o conjunto arquitetônico do Palácio Joaquim Nabuco, será inaugurada a Sala do Cidadão.

"O espaço reforçará a aproximação dos deputados com a população, que poderá conhecer, nesse ambiente, todo o funcionamento do Poder Legislativo", antecipa o primeiro secretário, deputado João Negromonte (PMDB). Segundo ele, no local haverá computadores contendo informações sobre a Casa, além de recepcionistas que poderão acompanhar os cidadãos numa visita às dependências do Palácio Joaquim Nabuco.

De acordo com o diretor geral, Luiz Carlos Matos, a Sala do Cidadão também fará exposição de peças que integram o acervo de 167 anos de existência da Casa Legislativa. Arquitetos da Alepe estão concluindo o projeto do espaço que, após licitação pública, terá suas obras iniciadas.

Outro projeto em andamento é o que dará uniformidade de cores ao conjunto arquitetônico do Poder Legislativo. A idéia é manter um padrão harmônico entre o Palácio Joaquim Nabuco e os prédios anexos que dão suporte aos gabinetes dos deputados, departamentos administrativos e outros setores da Casa.

SESSÃO ESPECIAL

Flores e festa em louvor à mulher

A força da mulher, seu papel na sociedade, as barreiras que precisa atravessar para provar que é tão competente e preparada quanto o homem e até o poder de gerar a vida foram discutidos, analisados e defendidos na Assembléia Legislativa, em sessão especial, por duas convidadas: a jornalista Tereza Cruvinel e a ex-deputada federal Sandra Cavalcanti. A palestra fez parte das homenagens prestadas pela Casa no Dia Internacional da Mulher.

À Sandra Cavalcanti, coube falar sobre "Mulher e Política". Hábil na arte de se expressar, a ex-deputada fez uma longa viagem pela História para destacar a força de mulheres como Maria Leopoldina, Indira Gandhi e Margaret Tatcher, que, segundo ela, nunca tiveram a importância de sua atuação — tanto na vida pública quanto na vida política — mensurada de forma fiel.

Uma dessas mulheres teve papel de destaque em seu discurso. Cavalcanti falou sobre o grande progresso que o Brasil conseguiu, no ano 2000, com a votação da Lei de Responsabilidade Fiscal. "Essa lei, que teve uma colaboração nossa, foi tirada do papel por uma deputada que, sem fazer muito barulho, fez dela a nossa maior conquista, do ponto de vista de administração. Essa deputada não tem muito o seu nome citado, não falam muito no trabalho dela, mas eu gostaria de render minha homenagem especial àquela que teve a força de vontade, a habilidade e a tenacidade de pegar a Lei de Responsabilidade Fiscal e conseguir aprová-la: Yêda Crussius", ressaltou.

ROBERTO SOARES



Evento contou com a presença de ex-deputadas e outras convidadas

A jornalista Tereza Cruvinel recorreu aos números para expor a atual situação da mulher na vida pública. "Somos mais de 50% dos eleitores, 46% da força de trabalho, mais da metade da população e qual é a nossa representação no cenário político? Apenas 5% na Câmara Federal e aqui em Pernambuco temos apenas duas mulheres entre os 49 parlamentares. Como corrigir essa desproporção sem esperar que o tempo o faça lentamente?", questionou.

A resposta veio logo em seguida. Cruvinel defendeu que as mulheres tenham os mesmos instrumentos de disputa dos homens. "Os partidos são masculinos, a linguagem política é masculina. Não basta a gente ter a mesma competência, o mesmo nível de informação dos homens. Algumas barreiras são muito sutis e para serem derrubadas carecem de ações afirmativas que realmente alterem as estruturas viciadas", propôs.

Deputadas foram retratadas no livro Presença Feminina

Num universo de quinhentos e noventa e nove deputados, desde 1900, em toda a sua história política, o Parlamento Pernambucano contou com apenas nove mulheres. De Adalgisa Cavalcanti, a precursora, à Teresa Duere, primeira parlamentar mulher a assumir a liderança do Governo no País, passando ainda por Maria Elisa Viegas, Aracy de Souza, Leila Abreu, Lúcia Heráclio, Rosa Barros, Malba Lucena e Luciana Santos, todas tiveram sua história e trajetória política retratadas no livro "Presença Feminina", de Luzilá Gonçalves Ferreira. O livro faz parte do projeto Perfis Parlamentares, que foi desenvolvido pela Assembléia Legislativa com o objetivo de preservar a memória política do Estado.

ROBERTO SOARES



Luzilá escreveu Presença Feminina

Durante o lançamento, Luzilá Gonçalves destacou a importância dessa iniciativa. "Daqui a uns anos, a um século, talvez, poder resgatar a atuação de cada uma dessas mulheres, a trajetória percorrida por cada uma até chegar à política, terá o seu valor reconhecido", disse a escritora.

Luzilá afirmou ainda que, independente de partidos ou ideologias, as entrevistas realizadas com as deputadas, ex-deputadas e pessoas ligadas a elas foram muito gratificantes e revelaram a cumplicidade que há entre as mulheres, de um modo geral. "Todas nós temos projetos de vida juntas, estamos lutando por espaço e conquistando-o", concluiu.

História de heroínas que têm na palavra sua arma

Durante as homenagens prestadas à mulher, um dos momentos mais marcantes foi a entrega da medalha "Heroínas do Tejucupapo". Diferente do estereótipo difundido em filmes e revistas em quadrinhos, as heroínas do mundo contemporâneo não usam longas capas vermelhas, armas de fogo ou espadas mágicas. De alguns anos para cá, as mulheres têm na palavra a sua arma. Foi assim, no século XVI, com 'dona' Brites de Albuquerque, esposa do donatário Duarte Coelho Pereira, que assumiu o governo do que era então chamado Nova Lusitânia, na ausência do marido e depois de sua morte. É assim, nos dias de hoje, com Luzia da Silva, presidente da Associação das Mulheres do Tejucupapo, que, há nove anos, criou a encenação "Batalha das Heroínas", onde fala da luta das mulheres daquele distrito, que, em 1646, expulsaram os holandeses de suas terras. A "heroína", uma mulher simples, de fala suave, porém, cheia de força, foi a grande homenageada da noite do dia 08 de março, com a medalha "Mulheres do Tejucupapo".

ROBERTO SOARES



Luzia da Silva (e) recebeu medalha de Tejucupapo

Luzia começou a desenvolver um trabalho social em 1993. Pouco tempo depois surgiam as Heroínas do Tejucupapo, um grupo de mulheres que se reunia para buscar soluções para seus problemas. "Gravamos o filme Mulheres Guerreiras de Tejucupapo e todo final do mês de abril, encenamos a Batalha das Heroínas", concluiu.